



A discriminação e o preconceito: é possível uma sociedade inclusiva?

Frederico Kauffmann Barbosa

Jane Soares de Almeida

Resumo: O objetivo deste artigo é refletir a respeito de questões sociais do ponto de vista do preconceito e da discriminação. As famílias, religiões, meios de comunicação, escolas, entre outros, estão envolvidos nessa dinâmica. A educação, por sua vez, é o *locus* privilegiado para abordar problemas como a discriminação social, que é o pano de fundo para o exercício do poder levado às últimas consequências. Para alcançar esse objetivo, fez-se um levantamento de material teórico disponível sobre o assunto onde se destacam publicações dedicadas a esse tema. Longe de a igualdade ser uma utopia, o mundo atual exige que repensemos essa ordem universal de poder – esta não é humana, nem natural. Nascemos biologicamente iguais, vivemos em desigualdade e ao morrer novamente nos tornamos iguais.

Palavras-chave: Gênero. Mulher. Discriminação. Preconceito. Educação.

Abstract: **Discrimination and prejudice: is an inclusive society possible?** The objective of this paper is to discuss some social questions issues from the point of view of prejudice and discrimination. Families, religions, media, schools, among others, are involved in this dynamic. Education, in turn, is the privileged *locus* for addressing social problems such as discrimination, which is the backdrop for the exercise of power taken to its ultimate consequences. To achieve this goal, we carried out a survey of theoretical material available on the subject which highlights publications devoted to this subject. Far from being a utopian equality, today's world requires that we rethink this universal order of power - this is not human, not natural. Born biologically equal, we live in inequality and die again become equal.

Keywords: Gender. Woman. Discrimination. Prejudice. Education.

Introdução

A globalização, fenômeno emblemático dos anos finais do século XX, manteve a exclusão social em todos os níveis, mesmo com as várias tentativas de se considerar a diversidade e as diferenças entre os seres humanos. A intenção de se construir uma nova ordem na sociedade organizada, que incluísse uma relação cooperativa e solidária entre todos os seres humanos, independentemente de sexo, classe, raça, etnia e dificuldades derivadas dos vários tipos de necessidades especiais, procurou ser contemplada nas agendas políticas das várias nações, embora não com a amplitude que seria desejável.

Como foco principal na valorização da diversidade como ponto de partida para uma sociedade inclusiva, através de publicações dedicadas a esse tema, a pesquisa trata de questões que fazem parte das reflexões sobre as relações entre inclusão, exclusão, discriminação e preconceito.

Edificar uma nova ordem que privilegie uma relação cooperativa e solidária na raça humana significa democratizar as relações sociais e não excluir parcelas da população do acesso aos bens econômicos e culturais. Isso poderia possibilitar uma desconstrução da ordem universal de poder, alinhando todos os habitantes do planeta nos mesmos patamares sociais. Certamente, nos tempos que correm tal aspiração ainda se revela utópica e as iniciativas dos governos e sociedade civil são insuficientes.

As práticas culturais modelam os sentidos atribuídos aos gestos, aos comportamentos, às pessoas e, conseqüentemente às políticas de inclusão. Isso porque as identidades não são estabelecidas e fixadas num determinado momento, mas são constantemente construídas e transformadas. Por isso, os sujeitos se edificam como atores sociais e toda uma estrutura como família, religião, meios de comunicação, escola, entre outras, estão envolvidas nessa dinâmica, que também é impregnada de historicidade (BARBOSA, 2014, p. 15).

No caso das relações de gênero, tal intencionalidade se reflete na necessidade de democratizar as relações familiares, combater a violência doméstica e no mundo do trabalho, rejeitar atitudes e propagandas discriminatórias e abusivas, e incluir as mulheres no acesso aos bens econômicos e culturais, de forma a promover seu desenvolvimento, como atores sociais com inserção individual e coletiva. O mesmo se aplica às diferenças raciais, étnicas e opções sexuais. Mais recentemente, também se procurou abrir possibilidades às pessoas com diversos tipos de dificuldades físicas e psicológicas, como locomoção, visão, audição ou desníveis

intelectuais, ao dar acesso ao mundo do trabalho, à cultura e ao lazer, embora ainda não com a amplitude desejável quanto aos vários direitos individuais e coletivos de cidadania plena.

As diferenças de gênero

O gênero, como categoria científica que expressa as relações sociais entre os sexos e leva à elaboração de conceitos sobre as relações de poder, surgiu da necessidade de pensar o feminismo a partir de uma perspectiva teórica. Essa necessidade surgiu entre a militância feminista, quando a adoção dos modelos reivindicatórios dos primeiros movimentos, no início do século, foi ultrapassada. As novas gerações feministas incorporam a diferença como construção cultural que diz respeito aos dois sexos, ressaltando o conceito da igualdade na diferença. Esse conceito explicita a aceitação que existem diferenças físicas, biológicas, psíquicas e comportamentais, mas que esses atributos diferenciados não se constituem em aval para a opressão. De um modo geral, o gênero é entendido como uma construção social, histórica e cultural, organizada sobre as diferenças sexuais e as relações de poder, revelando conflitos e contradições que marcam uma sociedade assinalada pela desigualdade, seja ela de classe, raça, etnia ou gênero, assim como os indivíduos considerados diferentes do padrão social estabelecido para fazer parte do sistema econômico de uma Nação.

A ascensão social das mulheres carrega em sua ação a perda de alguns privilégios e prerrogativas de que desfrutavam, pois “[...] enquanto a submissão garante certa segurança, a emancipação e a liberdade, quanto mais amplas, exigem maiores riscos e responsabilidades [...]” (SOARES, 1978, p. 25). Como ressalta Serpa (2007, p. 58), “o que se deve buscar nessa luta pela igualdade entre homens e mulheres não é guerra, não é a masculinização, mas sim o respeito mútuo, a soma de forças para juntos constituírem uma vida melhor e mais digna a todos”.

O movimento feminista que se expressou, desde o século XIX, pode ser considerado a ruptura que possibilitou uma das transformações mais radicais nas relações de gênero, representadas, em algumas nações, pela modificação da posição das mulheres na sociedade ocidental. A esse movimento se seguiu o movimento negro, o homossexual e das reivindicações das pessoas com deficiência, entre outros.

Em poucas décadas, o feminismo mudou relações de autoridade milenares, abalou a estrutura tradicional familiar e promoveu um rompimento com uma forma de alienação

considerada absolutamente natural por séculos, definida pela submissão das mulheres aos homens. Por ser um fenômeno recente, o movimento pode ser estudado como uma expressão sociopolítica que teve repercussões nos diversos campos epistemológicos, com influência na esfera pública e privada, alterando representações e simbologias nos papéis sociais diferenciados reservados a homens e mulheres.

Nos anos recentes, destacadamente ao final da década de 1970, as feministas passaram a desconsiderar as questões das desigualdades de fundo biológico e deslocaram o eixo das diferenciações para o aspecto cultural ao afirmarem que as mulheres poderiam desempenhar os mesmos ofícios que os homens e, portanto, também possuíam as mesmas capacidades e direitos sociais e políticos. Houve nos postulados feministas um grito por liberdade e pelo direito de exercer a sexualidade sem as barreiras impostas pelo preconceito. Ao se desejarem iguais aos homens em todos os sentidos, as mulheres puderem perceber que, do ponto de vista do mundo do trabalho, a exploração baseada no sexo lhes reservava os serviços menos remunerados e, muitas vezes, recebiam salários menores do que os dos homens, pelo desempenho das mesmas funções, o que nos dias atuais, apesar de algumas conquistas, ainda é uma realidade.

Nas décadas seguintes, com maior poder de organização e adesão de mulheres melhor preparadas intelectualmente, o movimento ensejou o surgimento de uma crítica feminista refletida nas relações sociais e entre os dois sexos. O feminismo começava a produzir um anteparo teórico voltado para as questões de identidade e diferença e a não separação entre vida privada e pública. Essas questões conseguiram abrir espaços na imprensa, no cinema, na literatura, nas artes e na ciência levando, inclusive, ao reconhecimento dos estudos feministas na área acadêmica. Como forma de assegurar os direitos de igualdade econômica e política e colocando em questão os elementos constitutivos das relações entre homens e mulheres, o feminismo participou da modernidade de forma reflexiva, os quais estão intimamente vinculados aos processos de constituição de nossa identidade (GIDDENS, 1993).

Como consequência, paulatinamente, se instaurou um tipo de comportamento sociopolítico defensor de uma cultura não sexista que rejeitava os antigos paradigmas de submissão e opressão. Ao ocupar espaços na produção científica foi possível chegar ao reconhecimento dos estudos de gênero nas demais áreas das Ciências Humanas, principalmente nos países onde estes estudos estão mais avançados. Esse reconhecimento trouxe contribuições para a construção de um campo epistemológico, no qual se levou em

conta que o mundo pertencia aos dois sexos, apesar das relações de dominação e subordinação que entre ambos sempre se estabeleceu no decorrer da História da Humanidade, e que podiam ser quebradas por uma relação de parceria.

Possivelmente, o movimento feminista abriu as comportas para as demais reivindicações, pautadas na rejeição ao preconceito e à discriminação por conta das diferenças de fundo biológico que existem na raça humana. As diferenças de classe têm como pano de fundo a economia e o sistema capitalista, muitos estudos clássicos se debruçaram sobre a temática. As demais diferenças se edificam sobre visões estereotipadas derivadas de séculos anteriores e preservadas por equívocos na mentalidade e na cultura, ao atribuir às pessoas diferentes menores capacidades intelectuais.

O que se entende por pessoas diferentes? Mulheres, por não pertencerem à parcela masculina no desigual jogo do poder? Negros, por conta da cor da pele e estigma da escravidão? Homossexuais, por não acatarem as razões dogmáticas das necessidades de reprodução? Pessoas com variados tipos de dificuldades, como cadeirantes, cegos, surdos, problemas genéticos, entre outros? Essas relações estão permeadas de preconceito e juntamente com a discriminação fazem parte do jogo do poder:

pré+conceito, o *preaconceptu* latino, é um julgamento prévio, sem ouvir as partes, posição irrefletida, pré+concebida, irracional. Também pode ser entendido como um pré+juízo, tanto que em espanhol se diz *prejuicio*, em francês, é *prejugé*, em inglês, *prejudice*, e, em alemão, *vorurteil*. Em todos os casos, a mecânica etimológica é idêntica: o prefixo indicando antecipação e, o resto, significando julgamento. Em português, o preconceito também significa dano, estrago, perda. Em outras palavras, a adoção sumária de uma opinião ou critério, antes de passar pelo filtro de um julgamento equânime, constitui um mal, uma ofensa moral (DINES, 1996/1997, p. 46).

Para Foucault (1979), as relações de poder são formadas pelos discursos nos campos de forças sociais e não se pode negar que, se as redes de poder estão ligadas num processo de construção social, também ocorrem as resistências por parte dos sujeitos responsáveis pelas transformações sociais. “Essas relações estão presentes em todos esses processos e as práticas e os sujeitos são efeitos do poder e do saber, os quais são fabricados nas diversas instituições presentes no meio social” (BARBOSA, 2014, p. 14-15).

No entanto, o poder é passível de confrontação. Os modelos de resistência acompanham a inculcação ideológica vinda dos diversos setores sociais, que procuram justificar os mecanismos de submissão existentes na sociedade organizada segundo padrões

de perfectibilidade ao modelo masculino anglo-saxão. A construção de uma ordem simbólica e social não centrada nesse paradigma, mas dividida entre a responsabilidade de todos na preservação da vida e da civilização, num sistema não mais promotor de desigualdades e no qual se considera a diferença, tornou-se, no terreno das ideias, um emblema no final do século XX e parece estar se solidificando no século XXI, em virtude dos vários movimentos sociais.

No Brasil, assim como nos demais países, existem paradoxos estruturais nas relações simbólicas entre os diferentes seres humanos. Nesses paradoxos, eivados de contradições, as diferenças físicas e psíquicas são utilizadas como fator de desigualdade e discriminação, edificando-se assim um processo social no qual os diferentes padecem numa situação de inferioridade na escala hierárquica dos não direitos, apesar das recentes e poucas conquistas. Quando as pessoas da ordem policromática dos seres humanos deixam de ser vistas como sujeitos históricos e produtivos, significa que as sociedades alijam das esferas de poder uma significativa parcela de seus membros. E quando se impede, de forma objetiva e/ou simbólica, a educação plena e a ascensão social de indivíduos por conta dessas diferenças, é possível o desenho de um quadro geral propício para a manutenção do subdesenvolvimento, explicitado pela desigualdade como principal fator gerador.

O gênero procura dar significado às relações de poder e se manifesta como um meio de decodificar o sentido e compreender as relações complexas presentes no meio social. Da derivação desse conceito, podemos construir categorias que explicitem as demais desigualdades no âmbito das diversidades.

As formulações sobre gênero como categoria teórica que se refere a um conjunto de significados e símbolos construídos sobre a diferença sexual podem ser estendidas aos demais segmentos que fazem parte do sistema de desigualdades. As relações de poder estão presentes em todas as construções sociais e se configuram numa rede complexa, na qual as forças sociais se confrontam e se imbricam. As relações de poder estão articuladas às questões sociais, sexuais, raciais e às próprias diversidades e diferenças entre os seres humanos.

Neste sentido, as práticas e os sujeitos são efeitos de poder e saber, os quais são fabricados nas diversas instituições presentes no meio social. As complexas redes de poder estão envolvidas nos discursos e nas práticas representativas das instituições e dos espaços sociais, sendo produzidas a partir dessas relações.

A maneira como as famílias e as escolas agem a respeito das diversidades é fundamental no processo de constituição das identidades. Estas, não são estabelecidas e

fixadas num determinado momento, mas estão sendo constantemente construídas e transformadas - os sujeitos se reconhecem como masculinos, femininos, negros ou brancos, hetero ou homossexuais, possuindo níveis diferenciados de interagir no mundo, que muitas vezes fogem do padrão de normalidade do comumente aceito.

Da desigualdade derivam os estereótipos, os quais se situam numa escala axiológica e se manifestam ao longo da existência humana. Este processo ocorre desde a mais tenra idade pela educação, não apenas a formal, mas também a familiar e social, onde um modelo e um conjunto de características estereotipadas significa um dos mais eficazes mecanismos de perpetuação das diferenças. A banalização do exercício do poder de um sexo sobre o outro assume esses paradigmas como parte da ordenação natural das relações entre os seres humanos, no qual o mais fraco pode ser dominado com ou sem seu consentimento. Os modelos de resistência acontecem quando ao cruzamento de mudanças sociais, se articula uma tomada de consciência por parte daquele que é submetido, o que gera insatisfação e desejo de mudança. Esses modelos podem acontecer como manifestação coletiva ou mesmo individual.

Outra questão a ser considerada refere-se à vitimização. Atribui-se ao diferente, uma revolta ou infelicidade, que está longe de sentir, na maioria das vezes. O discurso da vitimização, ao enquadrar as pessoas que não se inserem nas expectativas exigidas pelos padrões sociais, os coloca como oprimidos. Porém existem as peculiaridades que se ancoram no mundo subjetivo, local de trânsito das chamadas minorias, onde a resistência é o contraponto para a discriminação.

A educação formal ou informal é o *locus* privilegiado para abordar problemas como a discriminação social, que é o pano de fundo para o exercício do poder levado às últimas consequências. Discriminar é negar o outro, é não reconhecer seus direitos nem seu direito a ter direitos. A discriminação e o preconceito submetem uma grande parcela de seres humanos ao jugo do poder baseado em diferenças naturais, nas quais a incapacidade é a palavra de ordem.

Indubitavelmente, os seres humanos não são iguais por natureza, mas resultado de uma combinação de genes que produzem características semelhantes. Portanto, a igualdade, no seu sentido mais estrito, é algo distante da realidade natural. A única certeza é que todos fazem parte de uma mesma espécie, com diferenças entre cor de pele, cor dos olhos, altura, peso e outros atributos. Isso porque todos os seres humanos são diversos, porém, também vivem

numa sociedade que classifica e divide. Isso possibilita que determinadas atitudes se tornem comuns perante outras, pois as relações sociais são construídas.

A educação escolar: o atendimento às diferenças

A escola, que deveria ser o local onde todos tivessem a possibilidade de ter acesso ao saber com equidade, reflete uma sociedade que carrega em suas expressões cotidianas os reflexos da injustiça e exclusão social (SILVA, 2000). Porém, a formação de professores para o trato com a diversidade humana e a capacitação dos alunos e alunas para serem futuros cidadãos, apresentam dificuldades lacunares que são ressaltadas nas ambivalências das políticas públicas sobre educação.

Trabalhos como os de Pessotti (1984), “Deficiência Mental: da superstição à ciência”, Jannuzzi (2006), “A educação do deficiente no Brasil”, Bueno (1991), “Educação especial brasileira: A integração / segregação do aluno diferente”, Mazzota (1996), “Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas” trazem grandes contribuições para o entendimento da diversidade na história da sociedade brasileira.

Os alunos chegam à escola marcados pela diversidade, reflexo dos desenvolvimentos cognitivo, afetivo e social, evidentemente desiguais, em virtude da quantidade e qualidade de suas experiências e relações sociais, prévias e paralelas à escola. O tratamento uniforme dado pela escola só vem consagrar a desigualdade e as injustiças das origens sociais dos alunos (DAYRELL, 2001, p. 140).

Lidar com a diversidade, não significa apenas elencar as diferenças físicas, culturais, religiosas entre as pessoas, mas pressupõe o trato com a diferença e com a semelhança:

[...] falamos o tempo inteiro em semelhanças e diferenças. Isto nos leva a pensar que ao considerarmos alguém ou alguma coisa diferente, estamos partindo sempre de uma comparação [...] Geralmente, comparamos esse outro com algum tipo de padrão ou de norma vigente no nosso grupo cultural [...] (FAFE, 2007, p. 21).

A escola, como prolongamento das relações sociais, estabelece mecanismos de prosseguimento das desigualdades, voltando-se para um padrão único de alunos ideais e submetendo aos que não se enquadram nessa aspiração aos mais diversos confinamentos intelectuais:

A instituição da norma constitui, assim, um eficiente mecanismo de manutenção da ideologia dominante [...]. Ao assumir o normal como ideal de homem, era preciso criar o anormal para que a contradição fosse estabelecida [...] torna-se possível afirmar que a anormalidade constituía uma necessidade do pensamento Moderno, sem a qual não seria possível instituir a noção de normal (MARQUES, 2001, p. 32).

No plano social, para Montanari (1998), a diferença transforma-se em desigualdade e, portanto, coloca o diferente em desvantagem em relação aos demais membros da sociedade. Ser diferente significa ser inferior, desviar do padrão, sobressair de forma negativa no meio da multidão, criando tensões e tornando-se objeto de preconceitos.

Nas escolas, convivem simultaneamente diversas culturas de acordo com: gerações, gênero; classe, a etnia, pertença regional, capacidades físicas e mentais, entre outras. Esta compreensão nos remete a uma perspectiva relacional com o outro.

[...] existe uma ruptura entre a cultura escolar, com seus parâmetros de homogeneização, normatização, rotinização e didatização, e a cultura da escola, com suas múltiplas vertentes de cultura vivida, intercambiada, na qual atuam as culturas sociais de referências dos “atores” do espaço escolar, que vivenciam diferentes universos culturais (CANDAUI, 2003, p. 64).

A discriminação tem sido promovida e reforçada na educação escolar de diversas formas. As condições que muitos governos vêm dando à escola. [...] são alguns fatores que fazem com que o próprio educador acabe, sem perceber, reproduzindo e reforçando a discriminação e o preconceito, os quais acabem por gerar a violência (LOPES, 2002, p. 10).

Um ponto importante a ser desenvolvido é a necessidade dos professores questionar, conhecer e definir sua identidade social, como assim se afirmar como parte integrante de um grupo social (MACHADO; REIS; LOPES, 2004). Os professores, pelo potencial da ação educativa que lhes é dispensada, teriam a atribuição de ajudar a promover reflexões que conduzissem a práticas docentes isentas dos mesmos procedimentos da sociedade que exclui e discrimina. Articular igualdade e diferença “não é afirmar um polo e negar o outro, [...] não se pode falar em igualdade sem incluir a questão da diversidade, [...] nem se pode abordar a questão da diferença dissociada da afirmação da igualdade” (CANDAUI, 2007, p. 400).

Não se trata de criar uma cultura da deficiência, um modelo deficitário como parâmetro de vida para as pessoas especiais. Cada um é muito maior do que suas deficiências e suas circunstâncias. As pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza (SILVA, 2007, p. 6).

O relacionamento entre indivíduos diferentes pode ser construído de maneira natural e solidária, na qual o possivelmente estigmatizado se sinta inteiro participante da socialização, sem temer ou sofrer nenhum tipo de preconceito. Os não diferentes, isto é, os que se enquadram nos padrões da normalidade esperada pelo meio social, ao desenvolver habilidades de interação e convívio Também se desenvolvem como membros participantes da comunidade onde vivem.

[...] o reconhecimento entre iguais e o sentido de pertença a um grupo específico com a inter-relação com os “diferentes”, reconhecendo-os como tais e desenvolvendo a capacidade de um diálogo crítico, é uma preocupação fundamental da educação intercultural (CANDAUI, 2002, p. 154).

A diversidade humana, conforme Colôa (2003), apresenta-se como um ponto de partida e não como um problema que temos que resolver. Insere-se na educação social, participante da formação das identidades humanas com tendências classificatórias apontando características físicas, cognitivas, culturais, étnicas, sexuais, onde não se “[...] nega os conflitos e supõe lutar contra toda forma de preconceito e discriminação, favorecendo dinâmicas sociais orientadas à afirmação de uma sociedade democrática e igualitária” (CANDAUI, 2002, p. 154).

Considerações finais

Atualmente, as disputas por vagas no mercado de trabalho estão ancoradas na capacidade cognitiva de cada profissional e na sua maneira de dominar os requisitos básicos para desenvolver uma determinada profissão. As inovações tecnológicas afetam as relações em termos de educação e trabalho, no sentido que o mundo de hoje se assenta no conhecimento e em habilidades comuns. A máquina, ao substituir a força física e os avanços da tecnologia, pode muito bem colocar as mais diversas pessoas em patamares igualitários. A partir daí o que conta é a competência e qualificação profissional de cada um.

Nessa perspectiva, ressalta-se o paradigma de igualdade na diferença, uma construção teórica que significa um modelo de conduta pelo qual as peculiaridades existentes entre os seres humanos são consideradas, mas não se constituem motivo para a opressão. A superação de um sistema de desigualdades não se alcança somente pelo fato de que o considerado inferior obtenha os direitos e ocupe as mesmas posições do superior. Numa ordem

democrática não se eliminam os desequilíbrios e os mecanismos de dominação de forma tão simplificada, dado que direitos e privilégios para uns significam os não direitos de outros, conforme demonstra o modelo de sociedade erigido em bases capitalistas. Ao se adotar o princípio da igualdade na diferença, derivado da crítica teórica feminista, parte-se para uma desconstrução da ordem universal de poder, alinhando os seres humanos em iguais patamares sociais, políticos e econômicos.

As desigualdades efetivam mecanismos de produção e reprodução da discriminação. Esses mecanismos se ordenam em todas as instâncias da vida social pública e privada: na profissão, no trabalho, no casamento, na descendência, no padrão de vida, na sexualidade, nos meios de comunicação e nas ciências. Esses mecanismos adquirem consistência em todas as instâncias da vida social pública e privada, na profissão, no trabalho, no casamento, na descendência, no padrão de vida, na sexualidade, nos meios de comunicação e nas ciências. Portanto, o que se defende na escola edificada na sociedade igualitária e não discriminatória é a postura ética, que implica numa rejeição às diferenças assentadas simplesmente no aspecto biológico e demonstra uma absoluta rejeição aos enfoques naturalistas que envolvem a aceitação da categoria implícita de subordinação de um ser humano sobre outro. As relações se definiriam em diferentes poderes, normas comportamentais, morais e religiosas, até mesmo nas emoções e sentimentos, estruturando a percepção de mundo e a forma como a sociedade se organiza do ponto de vista simbólico, levando assim ao conceito de alteridade, isto é, a relação com o outro.

Atualmente existem diferentes análises que consideram as complexidades cada vez mais crescentes na ordenação social, nas quais as diferenças culturais e antropológicas em relação com a alteridade são destacadas, numa tendência do pensamento pós-moderno que incorpora o pluralismo cultural e a diversidade. Assume-se assim o princípio da igualdade na diferença, que significa uma considerável transformação nas representações culturais e no imaginário social, com possibilidades de repercussão e de influência nas relações sociais, representando um modelo de conduta no qual as peculiaridades existentes são consideradas, o que também implica na reordenação dos espaços de poder.

O grande desafio da educação não é atribuir uma identidade única aos seus educandos, sujeitos definidos pelos conceitos que regem a nossa sociedade do que é normal, habitual, porém proporcionar uma educação que respeite as diferenças existentes nestes sujeitos, respeitando e valorizando todos os saberes presentes na escola.

Portanto, ressalta-se a importância da educação como ação social que vem ocupando com cada vez maior intensidade a agenda política dos vários países, sendo alavanca essencial para o desenvolvimento. Longe de a igualdade ser uma utopia, o mundo atual exige que repensemos essa ordem universal de poder – esta não é humana, nem natural. Nascemos biologicamente iguais, vivemos em desigualdade e ao morrer novamente nos tornamos iguais. Talvez resida aí a chave para o entendimento da nossa própria humanidade.

Referências

- BARBOSA, Frederico Kauffmann. **Afinal, quem é deficiente?** uma questão de identidade e diversidade. 2014. 137 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de Sorocaba, Sorocaba, São Paulo, 2014.
- BUENO, José G. S. **Educação especial brasileira: A integração/segregação do aluno diferente.** 1991. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991.
- CANDAU, Vera Maria Ferrão (Coord.). **Somos todos iguais?** Escola, discriminação e educação em direitos humanos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- CANDAU, Vera Maria Ferrão. Educação em direitos humanos: desafios atuais. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. **Fundamentos teórico-metodológicos EDH: Educação em Direitos Humanos.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.
- CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Sociedade, cotidiano escolar e cultura(s):** uma aproximação. Educ. Soc. [online]. v. 23, n. 79, p. 125-161, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10852.pdf>>. Acesso em: 9 mar. 2014.
- COLÔA, Joaquim. **Educação especial.** Abril 2003. Disponível em: <<http://www.coloeespecial.educacao.te.pt/>>. Acesso em: 16 jul. 2009.
- DAYRELL, Juarez (Org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura.** Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- DINES, Alberto. Mídia, civilidade, civismo. In: LERNER, Julio (Ed.). **O preconceito.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996/1997.
- FAFE – Fundação de Apoio à Faculdade de Educação (USP) (Org.). **Programa Ética e Cidadania: construindo valores na escola e na sociedade: relações étnico-raciais e de gênero.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/1_rel_etica.pdf>. Acesso em: 9 de março de 2014.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas.** São Paulo: UNESP, 1993.

JANUZZI, Gilberta S. de Martino. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

LOPES, José de Sousa Miguel. Diversidade etnocultural na escolha. **A Página da Educação**, Portugal, v. 11, n. 118, p. 10, dez. 2002. Disponível em: <<http://www.a-pagina-da-educacao.pt/arquivo/Artigo.asp?ID=2165>>. Acesso em: 3 fev. 2009.

MACHADO, Maurimar Melo Santos Costa; REIS, Maria das Dores; LOPES, José de Sousa Miguel. O preconceito no contexto educacional. **Revista on-line Unilest**, Minas Gerais, n. 2, jul./dez. 2004. Disponível em: <http://www.unilestemg.br/revistaonline/volumes/02/downloads/artigo_04.pdf>. Acesso em: 15 de set. 2012.

MARQUES, Luciana Pacheco. **O professor de alunos com deficiência mental**: concepções e práticas pedagógicas. Juiz de Fora: UFJF, 2001.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

MONTANARI, Patrícia Martins. **Do limite da deficiência a superação na vida**: jovens, portadoras de deficiência física. 1998. 160 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

PESSOTTI, Isaias. **Deficiência mental**: da superstição à ciência. São Paulo: T. A. Queiroz: Edusp. 1984.

SERPA, Nara Cavalcante. **Modernização do trabalho numa organização pública**: CELESC como estudo de caso. 2007. 182 f. Dissertação. (Mestrado) – Curso de Mestrado Profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, Santa Catarina, 2007.

SILVA, Doracy Oliveira da. **Importância da participação da família na inclusão social**. 2007. 43 f. Monografia (Especialização) - Curso de Pós-graduação “Lato Sensu” em Orientação Educacional, Universidade Candido Mendes, Posse, 2007.

SILVA, Raquel Marques. **Evolução histórica da mulher na legislação civil**. 2000. Disponível em: <<http://www.mundovestibular.com.br/articles/2772/1/EVOLUCAO-HISTORICA-DA-MULHER-NA-LEGISLACAO-CIVIL/Paacutegina1.html>>. Acesso em: 10 maio 2013.

SOARES, Orlando. **A evolução do STATUS jurídico-social da mulher**. Rio de Janeiro: Rio, 1978.

Frederico Kauffmann Barbosa - Universidade de Sorocaba – Uniso. Sorocaba | SP | Brasil. Contato: barbosafk@gmail.com

Jane Soares de Almeida - Universidade de Sorocaba - Uniso. Sorocaba | SP | Brasil. Contato: janesoaresdealmeida@uol.com.br

Artigo recebido em setembro de 2014 e aprovado em novembro de 2014.